

Aos postos filiados ao Sindipostos

Ref.: INFORMATIVO JURÍDICO SINDIPOSTOS – JUNHO/2016.

1 – NOTÍCIAS

SP IPEM MULTA 67% DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS NA CAPITAL E EM OSASCO

“Operação Olhos de Lince” encontrou, além das irregularidades no volume do combustível, dispositivos de fraude e presença de certos componentes na fiação

Fiscais do IPEM-SP (Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo), autarquia do Governo do Estado, que tem como finalidade proteger o consumidor, fiscalizaram 33 bombas de combustíveis durante a “Operação Olhos de Lince”. Foram encontradas irregularidades em 17 (52%) bicos de abastecimento. Ao todo, foram verificados três postos e encontradas impropriedades em dois (67%) deles nesta última quinta-feira (2).

Durante a ação, além de irregularidades no volume do combustível fornecido ao consumidor, foram encontrados dispositivos de fraude, presença de componentes na fiação que não fazem parte dos equipamentos originais das bombas de combustíveis, o que indicam a presença de fraude.

“Estamos fechando o cerco contra os fraudadores. Além do nosso levantamento por meio de cruzamento de informações, vamos mais a fundo nas denúncias que recebemos na Ouvidoria. Continuaremos combatendo as fraudes nas bombas de combustíveis, com a intensificação das operações, para que o cidadão não seja lesado”, explicou o superintendente adjunto do IPEM-SP, Arlindo Afonso Alves.

O posto com irregularidade terá dez dias para apresentar defesa junto ao órgão. De acordo com a lei federal 9.933/99, as multas podem chegar a R\$ 1,5 milhão, dobrando em caso de reincidência. A oficina também poderá ter sua autorização cassada.

Em 2015 o IPEM-SP visitou 11.389 postos no Estado de São Paulo. Foram verificadas 118.688 bombas, sendo 7.241 reprovadas e autuadas 1.209. As equipes de fiscalização emitiram 40 autos de apreensão de placas e demais componentes eletrônicos com indícios de fraude, sendo constatadas fraudes em 37 delas.

Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br>

AGRICULTURA APROVA ISENÇÃO DE PIS/PASEP E COFINS NA VENDA DE ÓLEO DIESEL

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (01/06/2016) proposta que reduz a zero as alíquotas de contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a venda de óleo diesel para produtores rurais e prestadores de serviço de transportes de passageiros e de cargas.

O objetivo é criar um mecanismo legal que incentive a diminuição do preço do óleo diesel.

O texto aprovado é o substitutivo do deputado Heitor Schuch (PSB-RS) ao Projeto de Lei 409/15, do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). Schuch retirou do texto original a isenção da incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para o produto.

“A Cide tem uma função reguladora dos preços dos combustíveis, que estava suprimida até então pelas medidas do governo para impedir artificialmente a alta nos combustíveis”, disse. Ele acrescentou que a isenção da Cide implicaria em ônus para os estados e municípios, já muito fragilizados no cenário econômico atual.

Agricultura familiar

Segundo Schuch, o aumento no óleo diesel sacrifica mais os produtores familiares, responsáveis por cerca de 70% da cultura de alimentos para o consumo interno do País. Além de impactar o custo no transporte coletivo nas cidades e no valor do frete.

Schuch lembrou que a isenção de PIS e Cofins para o óleo diesel foi vetada pela então presidente Dilma Rousseff em julho de 2015, quando foi sancionada a Lei 13.149/15, surgida da Medida Provisória 670/15.

“Uma vez que a iniciativa anterior de baixar o preço do diesel não logrou êxito, a presente proposição desponta como uma nova e bem-vinda oportunidade para tal”, ressaltou.

O autor da proposta pediu para ser aprovado o texto original. “Vou pedir ao colega Schuch que reconsidere o valor da Cide. É um grande projeto de alcance social para o Brasil inteiro”, pediu Heinze.

Projeto do ano

O deputado Celso Maldaner (PMDB-SC) questionou como a proposta seria aprovada nas outras comissões e quais argumentos deveriam ser usados para que o texto não fosse vetado em uma conjuntura de queda na arrecadação. “Essa é minha preocupação. Meu Deus do céu, seria o projeto do ano, se a comissão conseguisse aprovar sem ser vetado!”

O deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) disse ser importante a volta da discussão. Ele destacou que quem vai pagar a conta é sempre o consumidor. “Quanto mais custo na empresa, o consumidor vai pagar mais caro. Ninguém está aí para fazer trabalho sem ser para ganhar dinheiro”, disse.

Para o deputado Bohn Gass (PT-RS) a redução nos custos de produção é muito importante. A maior parte do custo do agricultor não é o diesel, é ele pagar caro sementes, adubos, insumos, royalties em cima de transgênicos.

“É aí que temos de mexer com força”, afirmou. Segundo ele, falta apoio dos demais parlamentares para questionar atitudes de aumento de preço de insumos pelas grandes indústrias agrícolas.

Biodiesel e gás natural

O relator rejeitou uma emenda do deputado Marcelo Aro (PHS-MG) para estender a isenção para o biodiesel e o gás natural. Apesar de concordar com o mérito da medida, Schuch acredita que a emenda poderia desviar o objetivo original do projeto, de reduzir o custo do óleo diesel em si. “Quanto maior, quanto mais engessado, mais dificuldade em aprovar”, afirmou.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Viação e Transportes; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara Notícias

SC - POSTOS DE COMBUSTÍVEIS TERÃO QUE INSTALAR MEDIDOR DE VOLUME EM SANTA CATARINA

O equipamento, **iniciativa do fisco catarinense aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)**, mede em tempo real o volume de combustíveis nos tanques de estocagem e envia as informações às fazendas. O MVC também será útil para alertar vazamentos, evitando problemas ambientais.

“Vai ficar bem mais difícil sonegar impostos nesse setor, que responde por 20% da arrecadação em Santa Catarina e chega a 30% em alguns estados”, destaca o secretário Antonio Gavazzoni. Ele lembra que o Estado tem um dos menores índices de sonegação de ICMS em combustíveis, graças ao controle feito por meio do Emissor de Cupom Fiscal (ECF). Atualmente, 0,5% do que é vendido em Santa Catarina é adulterado.

A obrigatoriedade do MVC depende de cada estado. Santa Catarina é pioneira. Lá, a exigência será feita de forma escalonada entre 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2018, começando pelos postos com maior faturamento. A Fazenda poderá determinar a instalação imediata em casos de comprovada fraude nas bombas de abastecimento, comercialização de combustível adulterado ou prática de sonegação fiscal.

Por enquanto, há um fabricante homologado (S2MVC, modelo S2M, do fabricante RSP Technology do Brasil Ltda) e outro em fase de homologação. A Fazenda catarinense concederá crédito para a compra do equipamento. O decreto para estabelecer os detalhes está em fase de elaboração.

A INSTALAÇÃO DO MEDIDOR É OBRIGATÓRIA APENAS PARA OS POSTOS DE SANTA CATARINA, MAS PODE VIRAR UMA TENDÊNCIA NACIONAL.

Fonte: ForquilhaNotícias

IPIRANGA COMPRA CONCORRENTE POR R\$ 2,2 BILHÕES E ENCOSTA NA LÍDER BR

O Grupo Ultra, por meio de sua subsidiária Ipiranga, assinou contrato para a aquisição de 100% da Ale Combustíveis por R\$ 2,17 bilhões, conforme informou por meio de nota.

O negócio da compra da marca que nasceu em Minas Gerais foi fechado. No entanto, a conclusão da operação está sujeita à aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da assembleia geral de acionistas do Ultra. Do montante da venda, parte será mantida em uma conta garantia para cobrir eventuais contingências, como é usual em transações dessa natureza.

Com 20 anos de história, a Ale, é fruto da união da Ale Combustíveis (do grupo mineiro Asamar) com a Satélite Distribuidora de Petróleo (de Marcelo Alecrim com o fundo Darby) – cada braço detinha 50% da distribuidora – e ocupa hoje a quarta posição no ranking das distribuidoras de combustíveis no Brasil. A Ale tem uma rede de aproximadamente 2 mil postos e abriga cerca de 260 lojas de conveniência.

Desde a fusão da Ale com a Satélite, a sede da empresa fica em Natal (RN), o que acabou fortalecendo a presença dos postos da marca no Nordeste. De acordo com a Ultra, os postos da Ale podem completar, geograficamente, a rede da Ipiranga, que possui menor participação nesse mercado que no restante do país, na região.

Uma vez que a operação seja efetivada pelo Cade, a Ipiranga pretende estender sua estratégia de diferenciação por meio da oferta de serviços à rede Ale, fortalecendo o relacionamento com os revendedores e contribuindo para que eles sejam mais competitivos em seus mercados. A Ipiranga possui uma rede de 7.241 postos de serviços em todo o Brasil. São 1.919 lojas am/pm, sendo 537 com padarias, e 1.473 unidades Jet Oil, serviços especializados de troca de óleo nos postos da rede. Os diretores da Ale foram procurados, mas ontem não estavam disponíveis para entrevistas.

Fonte: FolhaUol

AL – POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM ALAGOAS SEM LICENÇA AMBIENTAL SÃO MULTADOS

Três postos de combustíveis e distribuidora de gás foram multados. Ação do IMA no Sertão alagoano identificou irregularidades.

Técnicos do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA) atuaram, na terça-feira (14/06/2016), três postos de combustível no Sertão do estado. Os empreendimentos receberam autos no valor de R\$ 11.390,00 cada.

No município de Ouro Branco, a equipe verificou dois postos que funcionavam com licença ambiental vencida e um deles foi interditado. Além destes, um posto no município de Canapi também foi autuado por não ter licença.

De acordo com Wolney Lima, fiscal do IMA, esse tipo de ocorrência tem sido comum durante as ações de monitoramento. A falta de licenciamento não é registrada apenas nos postos. Em Santana do Ipanema, uma distribuidora de gás foi multada por não estar dentro das normas do IMA.

Fonte: <http://g1.globo.com/>

MS – FISCALIZAÇÃO DA ANP E DECON FAZ 62 NOTIFICAÇÕES A POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

Força-tarefa foi encerrada sexta-feira, 10/06/2016, com um posto clandestino interditado; laudos sobre qualidade do combustível ainda não ficaram prontos, mas ANP diz que não há fraude.

Foi encerrada a força-tarefa envolvendo a Decon (Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Consumo), ANP (Agência Nacional do Petróleo), Procon de Mato Grosso do Sul e o Inmetro, que durante a semana vistoriou postos de combustíveis de Dourados, cidade a 233 km de Campo Grande.

De acordo com os coordenadores da operação, que concederam uma entrevista coletiva hoje de manhã na Delegacia Regional da Polícia Civil para apresentar o balanço do trabalho, pelo menos 60% dos postos de combustíveis da segunda maior cidade do Estado foram vistoriados.

A maioria das autuações foi por questões administrativas em que as empresas receberam um prazo para se adequarem. Somando as notificações da ANP, Inmetro e Procon, foram 62 autuações.

Três bombas de estabelecimentos não revelados foram interditadas porque estavam irregulares, mas os postos continuam funcionando normalmente.

O Procon emitiu 16 notificações por irregularidades previstas na lei do consumidor, entre as quais falta de exemplar do CDC (Código de Defesa do Consumidor) nos estabelecimentos.

Já a Agência Nacional do Petróleo fez 21 notificações, principalmente por falta de aferição das bombas de combustíveis e por diferença no preço informado nas placas colocadas em frente aos postos e o aplicado na bomba. Já o Inmetro emitiu 25 notificações, a maioria por bombas sem iluminação no espaço em que fica o preço e a quantidade de combustível que entra no tanque do veículo.

Sem adulteração – Apesar da fiscalização não ter passado em todos os postos da cidade, os representantes dos órgãos envolvidos afirmam que irregularidades que sempre são motivo de desconfiança da população, como venda de combustível adulterado e bombas marcando mais do que a quantidade que de fato é colocada no tanque, não foram constatadas.

Gláuber Riciolli, representante da ANP, afirmou que os testes iniciais apontaram que a gasolina está com a quantidade de etanol dentro do limite previsto e a água encontrada no etanol também está conforme as normas, assim como ficou atestada a qualidade do diesel.

Entretanto, segundo ele, amostras foram recolhidas e encaminhadas para laboratório. Os laudos ficarão prontos nos próximos dias.

Posto clandestino – O fato mais relevante ocorrido durante a força-tarefa foi a interdição de um posto de combustíveis clandestino que funcionava em um terreno localizado na Rua Floriano Peixoto, entre Onofre Pereira de Matos e Joaquim Teixeira Alves, área central de Dourados.

Pelo menos 12 mil litros de gasolina e etanol eram vendidos no estabelecimento irregular, segundo o delegado da Decon, Elton de Campos Galindo.

O ponto de abastecimento tinha autorização da ANP para ser operado pela Coopami (Cooperativa Agrícola, Pecuária e Industrial), mas estava comercializando combustível no varejo, o que é ilegal.

<http://www.campograndenews.com.br/>

OFERTAS PELA BR DISTRIBUIDORA FORAM RECEBIDAS HÁ 3 DIAS, DIZ PARENTE

A Petrobras já tem em mãos as propostas para compra da BR Distribuidora, segundo informou o presidente da empresa, Pedro Parente, em entrevista à GloboNews. Parente não deu detalhes sobre o modelo de venda e nem sobre a avaliação da Petrobras sobre as propostas, dizendo apenas que ainda é necessário analisar se elas “estão valorizando esse ativo”.

Sobre a Braskem, disse que não há negociação nenhuma.

Ao mencionar alguns dos problemas da estatal hoje, o executivo disse que o resultado de anos investindo em projetos que ficaram muito mais caros que o orçamento inicial — como a refinaria Abreu e Lima — a Petrobras tem hoje uma dívida que equivale a cerca de 5 vezes a geração operacional de caixa quando o saudável no Brasil seria algo entre uma e duas vezes.

Para resolver o problema ele citou como alternativas o programa de desinvestimento e as parcerias. Citou os anúncios de negociação da BR Distribuidora e da Liquigás mas quando questionado sobre a intenção de vender uma participação ou controle fugiu da resposta. “Essa é uma questão importante que tem que ser discutida à luz do valor”, disse, frisando que o objetivo será sempre preservar objetivos estratégicos e gerar valor para a companhia.

Sobre a política de preços dos combustíveis, Parente repetiu que a Petrobras tem liberdade para fixar os preços dos combustíveis e que não haverá ingerência política. Mas ponderou que existe uma dificuldade de praticar preços muito acima do mercado internacional devido ao risco de perda de participação no mercado, já que a importação é livre e os concorrentes podem trazer gasolina e diesel comprados mais barato no exterior.

“A empresa tem que ter liberdade para fixação de preços porque é importante para o programa de parcerias. Mas a gente não pode praticar um preço interno muito acima do internacional porque o mercado é livre e outros entrantes podem vir e isso pode criar uma perda de market share. A empresa precisa levar em conta essas questões”, disse Parente.

O executivo também defendeu a mudança no modelo de exploração do pré-sal, que hoje obriga a Petrobras a ter participação mínima de 30% em todos os campos que forem oferecidos. Disse que ter a opção de explorar é melhor que ter a obrigação, já que a empresa não tem condições de arcar com a participação em todos os campos e o melhor é que possa investir naqueles em que avaliar ser melhor do ponto de vista empresarial.

“A empresa hoje não tem condições de explorar todos os campos do pré-sal. Isso é fato. E o direito de escolha é importante para otimizar a utilização de recursos. Nossa visão é favorável [à mudança do modelo] porque achamos que não apenas atende interesses da empresa como também o melhor para o país”, disse.

Questionado sobre como é trabalhar em um governo provisório como o do presidente interino Michel Temer, ele respondeu que precisa trabalhar com aquilo que controla. “Eu não posso pensar só no curto prazo, mas no médio e longo prazos, já que as decisões tomadas agora maturam em 10 a 15 anos. Estamos com toda velocidade no processo de parcerias, [de revisão do] perfil da dívida, e revisão do planejamento estratégico. Então é uma ‘não questão’ para mim. Não estou preocupado com isso. A empresa precisa de uma visão muito abrangente”, respondeu.

Fonte: <http://minaspetro.com.br>

APÓS COMPRA DA REDE ALE, GRUPO ULTRA MIRA FARMÁCIAS E LIQUIGÁS, DA PETROBRÁS.

O apetite do grupo Ultra, dono da rede Ipiranga, por compra de ativos no País continua firme. Após anunciar a aquisição da distribuidora de combustíveis Ale, por R\$ 2,17 bilhões no domingo passado, o conglomerado também está em negociações para a compra da rede de farmácias Big Ben, que pertence à BR Pharma, do banco BTG Pactual, e ainda disputa a compra da Liquigás, de gás de cozinha, controlada pela Petrobrás, apurou o ‘Estado’.

Uma fonte próxima ao Ultra, que é vice-líder em distribuição de combustíveis no País, reforçou que a divisão de varejo Extrafarma prioriza crescimento orgânico, mas não descarta aquisições. A estratégia do grupo nesse segmento, nos últimos meses, tem sido a expansão por meio das redes dos postos Ipiranga. “Aquisições, no entanto, podem ajudar a ganhar mercado e acelerar o crescimento”, disse a fonte.

Com uma operação deficitária, a BR Pharma, quarta maior rede de farmácias do País, está se desfazendo de suas bandeiras aos poucos, uma vez que o grupo, que já chegou a ser cobiçado por multinacionais, não consegue vender a companhia inteira. A Big Ben, do Pará, é o seu melhor ativo. No ano passado, a empresa vendeu a bandeira Mais Econômica para um fundo de investimento do Rio de Janeiro. Uma fonte do banco confirmou que há interessados na Big Ben, mas não detalhou o estágio das negociações. Procurado, o BTG não comenta o assunto.

Com uma receita de R\$ 1,4 bilhão em 2015 e lojas concentradas na região Norte e Nordeste, a divisão de varejo farmacêutico do Ultra deve avançar sobre outras áreas do País. O grupo entrou nesse segmento em 2013 e figurou no ano passado como a sétima maior rede do País em faturamento, de acordo com dados da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma). A meta é

ficar entre as cinco maiores nos próximos anos – Raia Drogasil e Drogaria Pacheco São Paulo estão à frente do setor.

Botijão. Líder no segmento de distribuição de gás de cozinha, por meio da Ultragas, o Ultra também está no páreo para comprar a Liquigás, controlada pela Petrobrás. O Itaú BBA, que está coordenando a operação, já recebeu propostas não-vinculantes pela compra do ativo, avaliado em cerca de R\$ 1,5 bilhão. A Supergasbrás, do grupo SHV, e a Copagaz, do empresário Ueze Zahran, também têm interesse na operação. Essa última deve se associar a investidores nacionais e estrangeiros para fazer a oferta, conforme antecipou o Estado. Entre julho e início de agosto, o Itaú BBA deverá selecionar as propostas pelo ativo para dar prosseguimento às negociações. Procurada, a Petrobrás não comentou. Sobre as duas possíveis aquisições, o Ultra informou que “analisa continuamente oportunidades em todas as suas áreas de atuação.”

Resiliente. Com um faturamento de R\$ 75,7 bilhões em 2015, o grupo anunciou investimentos de R\$ 1,8 bilhão para 2016. Esse valor não contempla aquisições. A estratégia da companhia é se fortalecer em segmentos mais resilientes à crise.

Em entrevista ao Estado no ano passado, o presidente do conselho de administração do grupo, Paulo Cunha, informou que a companhia tinha interesse na BR Distribuidora, se a empresa fosse vendida em partes.

A estatal, que está em processo de desinvestimento, tinha planos de abrir o capital da rede, mas voltou atrás. Depois, a Petrobrás informou que poderia vender uma participação minoritária do negócio. Gestores, como Brookfield e Advent, também tinham interesse no ativo, mas não como minoritários.

O apetite do grupo Ultra, dono da rede Ipiranga, por compra de ativos no País continua firme. Após anunciar a aquisição da distribuidora de combustíveis Ale, por R\$ 2,17 bilhões no domingo passado, o conglomerado também está em negociações para a compra da rede de farmácias Big Ben, que pertence à BR Pharma, do banco BTG Pactual, e ainda disputa a compra da Liquigás, de gás de cozinha, controlada pela Petrobrás, apurou o ‘Estado’.

Fonte: Estadão

VENDAS DE COMBUSTÍVEIS NO PAÍS CAEM 4,4% NO ACUMULADO DO ANO ATÉ MAIO

As vendas de combustíveis no Brasil caíram 4,4 por cento no acumulado do ano até maio, para 347,8 milhões de barris, enquanto o país vive uma de suas piores recessões em décadas, apontaram dados publicados nesta segunda-feira(20) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em maio, as vendas de todos os combustíveis caíram 2,2 por cento ante o mesmo mês de 2015, para 70,4 milhões.

As vendas de diesel, combustível mais vendido no Brasil, caíram 4,9 por cento no acumulado do ano até maio, para 138,7 milhões de barris, de acordo com a ANP. Em maio, as vendas de diesel somaram 28,3 milhões de barris, queda de 3 por cento ante o mesmo mês de 2015.

Já as vendas de gasolina subiram, enquanto as vendas de seu concorrente nas bombas, o etanol hidratado, apresentaram queda.

As vendas de gasolina em maio somaram 21,57 milhões de barris, alta de 4,7 por cento ante o mesmo mês de 2015. Já as vendas de etanol hidratado, no mesmo período, somaram 8,3 milhões de barris, queda de 8 por cento.

Fonte : Jornal Extra

ANP FAZ 19 INTERDIÇÕES NA CAPITAL PAULISTA – SÃO PAULO

A ANP fez 19 interdições em revendedores de combustíveis e de gás de botijão (GLP) esta semana (20/06/2016 a 24/06/2016) em São Paulo, capital, durante força-tarefa que teve a participação da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz), Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (Ipem), com o apoio da Polícia Militar do Estado de São Paulo e da Polícia Civil do Estado de São Paulo, através do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) e do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC).

Dois postos revendedores foram interditados por funcionarem sem autorização, assim como quatro revendas de GLP, por falta de segurança em suas instalações. Dois postos tiveram bicos fornecedores de bombas lacrados por aferição irregular e outros 11 foram interditados total ou parcialmente por comercializar combustíveis fora dos padrões de qualidade. Até a realização desta operação, a ANP registrava 1.300 ações de fiscalização no estado, que resultaram em 43 interdições.

Um dos postos totalmente interditado pela ANP vendia etanol hidratado com 50% de metanol, quando o percentual máximo permitido da substância é de 1%, e gasolina com quase 30% da substância, teor muito acima do percentual de 0,5% autorizado para este combustível. O metanol é tóxico, podendo causar cegueira e até morte. As amostras de gasolina do posto, localizado na Pedreira, também estavam com quase 60% de mistura de etanol anidro, mais do que o dobro dos 27% estipulados pela legislação brasileira.

No total, as equipes fiscalizaram 120 agentes econômicos, sendo 94 postos revendedores de combustíveis líquidos, 25 postos revendedores de GLP e 1 ponto de abastecimento de combustível de aviação.

Ações de fiscalização

A ANP tem intensificado suas ações de fiscalização, planejando-as cada vez mais a partir de vetores de inteligência, com destaque para denúncias recebidas pelo Centro de Relações com o Consumidor (CRC) e dos resultados obtidos pelo Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), além de informações repassadas por outros órgãos públicos e pela área de inteligência da ANP.

Desde 2013, a Agência se empenha em criar parcerias com órgãos de diferentes esferas da administração pública, o que resultou na instituição de forças-tarefa. Em 2015 foram realizadas 87 forças-tarefa em todo o Brasil e, de janeiro a abril de 2016, já foram realizadas 50. As ações conjuntas entre órgãos públicos fortalecem a participação do Estado na fiscalização do setor e restringem o emprego de práticas irregulares pelos agentes econômicos.

Denúncias sobre irregularidades no mercado de combustíveis podem ser feitas pelo telefone 0800 970 0267 ou através da página.

Fonte: ANP/Assessoria de Imprensa – imprensa@anp.gov.br

Fonte: Motta Leal Advogados & Associados – Tel.: 3325-6951.